

Da Várzea à província oceânica: notas etnográficas sobre a revisão do Plano Diretor do Recife

Fabiano Lucena de Araujo (PPGA/UFPE)¹

Palavras-chaves: Elite cultural, Plano-diretor, crise

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados.”² Diante desta estarrecedora e atual citação de Gramsci, mencionada pela economista Tânia Bacelar durante um ciclo de palestras sobre a revisão do Plano Diretor do Recife (PDR), promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Pernambuco (IAB-PE)³, evoco uma situação recorrente que vai permear a discussão inerente a este trabalho: a crise de representação e a dificuldade de comunicação de projetos e interesses, distribuídos desigualmente na configuração política das classes sociais envolvidas pela premissa da participação direta ou indireta no debate de proposições do PDR, conforme o Estatuto da Cidade (lei 10.257/01), em seu artigo. 2º, II, que preconiza a inserção da população na formulação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e delega ao Poder Executivo municipal a incumbência de garantir “a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”.

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre o processo recente posterior ao golpe/impeachment (2016-2018) que culminou com a revisão do Plano Diretor da cidade do Recife, a partir da ótica de sujeitos provenientes de uma fração da classe média formada por intelectuais e artistas, observando desde reuniões de moradores de bairros às palestras públicas oferecidas por profissionais da área de urbanismo e algumas atividades de ocupações mediadas pelos primeiros. O Plano Diretor Municipal é um dispositivo legal previsto pela Constituição de 1988 e obrigatório para municípios com população a partir de vinte mil habitantes, que regulamenta um conjunto de leis que definem instrumentos de planejamento

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Gramsci (2007, p.184)

³ Este ciclo de palestras foi iniciado em junho deste ano, cujo evento de abertura foi a palestra da Profª Tânia Bacelar e pode ser conferida na íntegra mediante acesso ao link do registro audiovisual na página do facebook do IAB-PE: <https://www.facebook.com/iab.pe/videos/1896615643731200/>

urbano, onde delimitam, por exemplo, a construção de edificações, a preservação do patrimônio artístico e histórico e do meio ambiente e as garantias de moradia de comunidades desfavorecidas.

A pertinência da citação gramsciana no cenário de debates do PDR acompanha uma genealogia de participação popular na discussão do planejamento urbano da cidade que remonta ao contexto das ocupações mundiais que derivam do movimento Occupy Wall Street em setembro de 2011, no centro financeiro de Nova York⁴. As pautas deste movimento global questionavam a consolidação do capitalismo financeiro enquanto norteador de um modelo político que gera concentração de riquezas, ainda baseado numa aceção de desenvolvimento que privilegia o econômico sobre as dimensões sociais e ambientais, que seriam conciliadas por um desenvolvimento sustentável. A situação atual de crise econômica e política repercute na democracia representativa produzindo abalos sistêmicos.

Daí emerge a atualidade gramsciana para se pensar a discussão do PDR, trazendo à baila as noções de crise da hegemonia e revolução passiva⁵ aplicadas ao contexto de modernização conservadora dos 13 anos de governo petista e que absorveu a crise econômica e de representação política global, repercutindo no Brasil nas manifestações de Junho de 2013 e no Recife em maio de 2014 com o movimento Ocupe Estelita, que, desde o ano de 2012, com a formação da comunidade virtual *Direitos Urbanos* tem despertado a atenção das pessoas para a reflexão acerca do Direito à Cidade, da mobilidade urbana, do pedestrianismo e da preservação do patrimônio.

Estes movimentos têm arregimentado um público relevante em fóruns nacionais de discussão, pesquisas acadêmicas e para uma atuação política relevante na sociedade civil, a ponto de obstaculizar os interesses privados empresariais, com o embargo da obra pretendida pelo consórcio imobiliário Novo Recife, formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, que visava construir mais de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, na área do Cais José Estelita. Os movimentos

⁴ cf reportagem do site

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/10/17/movimento-ocupe-wall-street-completa-um-mes-e-ganha-o-mundo.htm>

⁵ Ver Bianchi (2002)

sociais questionaram juridicamente diversas irregularidades⁶ do Projeto Novo Recife incluindo a deliberação de aprovação do projeto no dia 28 de dezembro de 2012 – último dia útil da gestão do prefeito João da Costa (PT) –, realizada durante reunião noturna do Conselho de Desenvolvimento Urbano, o que “indiretamente” rendeu ao então prefeito João da Costa uma homenagem, o Troféu ADEMI, oferecido pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE).

As reflexões críticas de Raquel Rolnik (2015) referentes ao governo federal lulopetista e às gestões municipais “de esquerda”, o que se aplica tanto ao exemplo recifense da gestão de João da Costa, quanto aos governos posteriores do PSB do prefeito Geraldo Júlio; esta análise constata uma modernização conservadora baseada num modelo de “integração pelo consumo”, que se consolida a partir da coalizão governamental pós-2006 mediante o acionamento de parcerias público privadas (PPP) que foram descoladas de um planejamento territorial participativo, desconsiderando os enunciados do Plano Diretor. A autora usa como exemplo a gestão petista na cidade de São Paulo na administração de Marta Suplicy, cujo Plano Diretor da Cidade de São Paulo subordinou a reforma urbana segundo os pressupostos de ordenamento territorial e uso dos solos à “operações urbanas consorciadas, em que parcerias público-privadas podem promover projetos não submetidos às regras gerais de regulação da cidade, desenhados para atrair capitais e investimentos privados, ampliando as fronteiras de expansão do complexo imobiliário-financeiro.” (ROLNIK, 2015. p. 261).

Segundo Álvaro Bianchi (2017, p. 33), os conceitos gramscianos de revolução passiva e crise hegemônica se aplicam à análise dos governos petistas e do lulismo, pois “há uma crise de hegemonia e é isso que caracteriza a política presente. Quando Gramsci fala de crise de hegemonia, ele está pensando fundamentalmente em uma crise de representação. [...] um distanciamento cada vez maior entre representantes e representados” e dialogando com o que

⁶Conforme artigo da Carta Maior

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empresas/4/31086> “Os questionamentos judiciais, tanto na Justiça Estadual quanto na esfera Federal, à ilegalidade do Projeto Novo Recife podem deixar isso mais claro. Tais ações questionam a lisura do leilão do terreno (motivo de ação judicial movida pelo Ministério Público Federal); a ausência de Plano Urbanístico exigido pela Lei Municipal 16.550; o parcelamento do terreno (Lei Federal nº 6.766/76 e Lei Municipal nº. 16.286/97); a ausência de Estudo de Impacto Ambiental (contrariando o disposto no art. 225, § 1º, inciso IV, art. 16 da Lei Municipal nº. 16.176/96 e arts. 10 e seguintes da Lei Municipal nº. 16.243/96, Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife) e de Estudo de Impacto de Vizinhança (exigência prevista no Estatuto das Cidades na Lei nº. 10.257/2001, art. 188); além da ausência das licenças do DNIT, Iphan e ANTT. Por ser uma área sob questionamento judicial, não se pode construir nada até que todos os processos sejam concluídos.”

Carlos Vainer (2016) chama de “democracia direta do capital” e que é usado por Rolnik (2015) para encarar a crise da representação democrática na reforma urbana durante os governos petistas e do lulismo, os quais podem ser vistos como uma forma de revolução passiva, a partir do “fato de que o processo de conservação e inovação se verificou fundamentalmente no âmbito das forças produtivas. Ou seja, o que caracteriza o lulismo é uma modalidade de atualização do processo de acumulação capitalista no Brasil, é uma nova forma do capitalismo.” (BIANCHI, 2017, p. 32).

Diante deste quadro, evoco o trabalho de campo que tenho empreendido mediante imersão etnográfica e observações sistemáticas do contexto do Recife atual, adotando como informantes uma fração detentora de capital cultural dos movimentos sociais da sociedade civil e acadêmica, dentro do que Velho (1977, p. 34) entende como classe artística e intelectual, que se engajam tanto na ocupação de espaços públicos do Recife, geralmente degradados e abandonados pelo governo, reivindicando pautas ligadas aos Direitos Urbanos/Direito à cidade, quanto na discussão do PDR em si. Desde o contexto de setembro de 2016, durante as ocupações das Universidades Federais e das Escolas Públicas Municipais que protestavam contra a Proposta de Emenda Constitucional PEC 241 ou 55, popularmente conhecida como “PEC da Morte” que estabelece um teto de “gastos” para a educação e a saúde que só poderá ser revisado daqui há vinte anos, sobre as quais não debruçarei em minha análise, mas que chamam atenção para a crise política hegemônica, as observações inseridas neste trabalho constituem um esforço de aproximação com essa classe intelectual e artística e acompanhamento de atividades de ocupação como a do Cineclube CineRua ou do Ocupe Cine Olinda, discussões sobre arte e intervenção urbana, palestras (como a já citada e promovida pelo IAB-PE) e oficinas dedicadas ao estudo do PDR, assim como audiências públicas voltadas ao PDR e eventos e reuniões organizados pela Articulação Recife de Luta e da Articulação Várzea de Luta, da qual obtive maior proximidade pela residência no Bairro da Várzea e para a qual darei maior ênfase neste trabalho.

Espaços fantasmagóricos de erosão da cultura

Os movimentos de ocupação cultural desenvolvidos pela classe artística e intelectual durante o período de 2016-2018 foram realizados em determinados locais que abrigam construções de valor histórico, artístico e arquitetônico que podem estar sob regime de preservação de acordo com a legislação municipal (caso dos IEPS, Imóveis Especiais de Preservação, Lei Ordinária 16284 1997 de Recife-PE) ou tombados como patrimônio pelo IPHAN ou sem qualquer tipo de proteção. No entanto, a despeito da oficialização da preservação destas construções, todas encontram-se em notável estágio de abandono, carentes de reparos estruturais e de conservação, enfrentando a mesma situação de fechamento por falta de recursos para realizar obras de restauração ou aguardando projeto de reforma. Os prédios que inspiram estes movimentos de ocupação artístico-cultural são: Cine Olinda (tombado pelo IPHAN), Teatro do Parque e Casarão da Várzea (IEPs) e o Edifício da Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP) que não possui nenhum tipo de amparo institucional, apenas sob cuidado dos moradores.

A situação de negligência pública com estes prédios mobiliza movimentos culturais formados pela sociedade civil e a classe artística e intelectual que empregam estratégias de manutenção baseadas no comunitarismo e no mutirão de limpeza e de conserto da estrutura para uso dos locais em prol de atividades culturais. Estas atitudes dos sujeitos resultam do processo de crise de representação, quando acionam instância jurídicas como o Ministério Público para questionar e cobrar ações do Poder Executivo local e promover audiências públicas: este é o caso do Casarão da Várzea. O movimento Salve o Casarão da Várzea interpelou o Ministério Público que recomendou a suspensão das obras realizadas pela Prefeitura Municipal do Recife (PCR) no casarão, pela tentativa de demolição da torre da caixa d'água⁷. O coletivo vem, desde janeiro de 2016, ocupando e promovendo mutirões de limpeza, assim como atividades artísticas no IEP, acusa a PCR de não realizar consulta pública com os moradores do bairro para o projeto de reforma do casarão, o qual após

⁷ O Casarão da Várzea, ou Casarão Magitot, é um prédio histórico do tipo Chale Inglês de Duplo piso, construído em 1905 e a partir de 1944, transformou-se no primeiro hospital odontológico da América Latina, denominado Hospital Magitot. Com a morte do seu fundador e sem apoio institucional ou político, o Hospital encerrou suas atividades no final da década de 1960 cf. http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.198/6389?fbclid=IwAR1pjUbpo2ukSQke0fAtr6CWLivqk8tVE9nU_J14Lrt8qW8Z47eerNO8zQ4

restauro abrigará os comerciantes que ocupam suas calçadas, conforme a citação de trechos uma nota de repúdio⁸ dirigida a uma reportagem do jornal Diário de Pernambuco produzida pelos organizadores

A organização comunitária do bairro da Várzea formada por moradores, artistas, ambulantes e movimentos sociais, intitulado como "Salve o Casarão da Várzea", repudia a matéria jornalística do jornal Diário de Pernambuco desta sexta-feira, dia 17 de agosto de 2018, intitulada como: "Casarão da Várzea à espera da restauração".

A mesma transborda conteúdos tendenciosos em relação aos quereres da comunidade para com o prédio em questão. A matéria começa contando um pouco do histórico, já bastante conhecido por dezenas de outras matérias já decorridas e publicadas em várias mídias, durante todo esse tempo de abandono pelo poder público.

No decorrer dos argumentos nota-se claramente as informações distorcidas para os respectivos receptores, como por exemplo:

DP - “Ao redor do imóvel funcionam cerca de 20 barracas de comércio informal. A maioria dos vendedores defende que o espaço se transforme em mercado público para abrigar trabalhadores cadastrados pela Prefeitura do Recife. Desde 2016, existe um processo licitatório de R\$ 1,3 milhão visando à construção de um pátio de feira para 50 comerciantes distribuídos em 40 boxes de feira livre e 13 boxes fixos. O projeto também inclui banheiros públicos e uma caixa d’água. Nenhuma intervenção foi realizada no local até agora.”

SCV - Houve sim intervenções feitas no prédio. Em 2016, uma empresa contratada pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) ocupou o espaço, tendo como primeira atividade instalar um container exatamente em cima da horta comunitária do bairro.

Em seguida houve uma supressão de vegetação nativa, cortando assim várias árvores do local. Destruição de uma parte do muro do prédio, e ao darem início a demolição da torre (anexo do prédio) a obra foi paralisada por membros do nosso movimento comunitário.

A pergunta é: Por que a instituição que deveria ser a protetora do prédio sendo considerado Imóvel Especial de Preservação “IEP” (obrigando o não abandono dos entes públicos, e sim o cuidado e a revitalização), foi justamente a instituição que promoveu um prefixo de demolição de um prédio histórico e especial? No mínimo isso é um paradoxo!

Alegando ser uma construção para um pátio de feira não aprovado pela comunidade, primeiramente por não ter tido minimamente uma assembleia

⁸ Pode ser conferida na íntegra na página do movimento no facebook <https://www.facebook.com/salveocasaaraodavarzea/photos/a.1707400246196353/2153438694925837/?type=3&theater>

popular para as opiniões dos mais interessados, sendo moradores e ambulantes.

Depois, por ter ficado bastante claro a comunidade que se tratava de mais um oportunismo eleitoral decorrente pela prefeitura e seus representantes, e convenientemente em poucos dias antes de uma eleição municipal.

Por fim, pela planta do projeto apresentado pelo mestre de obras da empresa contratada pela PCR, ser vista por nossos colaboradores de engenharia civil, onde mostra a construção de um solo intertravado em quase todo o espaço, deixando assim um ambiente não natural e pouquíssimas das dezenas de árvores presentes no espaço. inclusive uma figueira também centenária.

A parte certa desse trecho da matéria, é que sim, assim como a maioria dos vendedores, todo o bairro quer e “espera” que a prefeitura faça seu dever de casa onde além de revitalizar nosso prédio histórico para uso de uma ferramenta de cultura e educação no bairro e adjacências, também construa o Mercado Público Cultural da Várzea, e assim suprir esta necessidade que o bairro tem, Tendo em vista suportar uma Universidade Federal, um Instituto Federal, uma Escola de Artes, um Hospital das Clínicas, e entre outras demandas também alocar decentemente todos os ambulantes e trabalhadores encontrados ao redor do prédio.

[...]

SCV - Esta é de longe a parte mais bizarra da matéria!

Onde dar ênfase e alegar que no local só e somente existe drogação e prostituição, lembrando que os atos citados anteriormente existem justamente desde o abandono por parte da PCR.

Relevamos também que, assim como outros grupos do bairro, o movimento Salve o Casarão da Várzea vem desde sua origem realizando atividades e intervenções educativas e culturais no espaço, como por exemplo: oficinas de diversos segmentos, palestras de redução de danos, atividades infantis, realização de um SAF (Sistema Agroflorestal), o Cine Paredão, a Rádio Magitot, rádio de cunho comunitário para fomentação da cultura local e da conscientização à comunidade enquanto a causa em questão, diversos eventos culturais com fins de solidariedade para a população carente do bairro, mutirões de limpeza e cuidados do espaço, dentre tantos outros.

Vale relevar que a PCR não faz o mínimo do mínimo de sua obrigação enquanto preservar e cuidar, que seria uma simples limpeza de rotina do espaço, ficando o mesmo cada vez mais acumulando entulhos e lixos, que periodicamente passam por manutenção realizada não obrigatoriamente pela comunidade.

A insatisfação dos moradores e organizadores do movimento Salve o Casarão da Várzea com a instância governamental por tentar promover uma reforma urbana sem considerar os anseios daqueles é mesma de Jane Jacobs (2014) com o planejamento urbano ortodoxo

promovido pelo Estado, ao analisar o distrito de Boston, North End. Segundo Sharon Zukin (2014, p. 10), a lógica do comunitarismo defendida por Jane Jacobs baseia-se no diagnóstico de que “O Estado é um problema, e as pessoas devem resolver os problemas sociais elas mesmas” e “uma vizinhança precisa recriar a si mesma e tornar a se desenvolver [...] sua política não era uma política de dependência do Estado”. No caso analisado acima, “a dependência do Estado” está mais próxima a uma reivindicação por direitos e uma denúncia de omissão do que de uma dispensa dos serviços públicos, como a crítica de Zukin ao comunitarismo em Jacobs parece sugerir. É uma constatação da crise de representação política, a partir do momento que os interesses de uma classe dirigente que contrata o serviço de urbanistas e empresários impõem propostas que se distanciam dos interesses dos cidadãos, o que se aproxima da análise gramsciana da crise de hegemonia proporcionada pela multiplicidade de poderes:

A crise não se limita, entretanto, aos partidos e ao governo. Ela é uma crise do Estado em seu conjunto, ou seja, processa-se, também, no nível da sociedade civil, onde as classes dirigentes tradicionais passam a manifestar sua crescente incapacidade de dirigir toda a nação. (BIANCHI, 2002, p. 07).

[...] ou porque a classe dirigente fracassa em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução (GRAMSCI, 1977 *apud* BIANCHI, 2002, p. 08).

A despeito da incapacidade de comunicação dos projetos e interesses das frações dirigentes no interior do Estado ou das frações intelectuais que acionam o setor público, seja enquanto detentores de um capital simbólico e técnico no tocante ao linguajar urbanista, ou como mediadoras das classes trabalhadoras, o contexto de *crise de hegemonia*, que aparentemente é uma situação que tende à exceção, na leitura marxiana de Lefebvre (2006), é a tendência “normal” no modo de produção capitalista, que se exprime na desarticulação da experiência espacial entre as classes. Sua acepção espacial corresponde a uma divisão entre *espaço percebido (prática espacial)*, *espaço concebido (representação do espaço)* e *espaço vivido (espaço de representação)*. Espaço percebido ou prática espacial é o plano material da atividade urbana que resulta das interações sociais. da reprodução dos sujeitos na cidade, os fluxos, percursos e redes de interação e trabalho na realidade cotidiana. Espaço concebido ou representação do espaço é experiência conceitual e intelectual das teorias científicas que

descrevem a cidade e o planejamento urbano, signos, códigos verbais e gráficos, mapas elaborados pelo conhecimento técnico, assim como os enunciados ideológicos. Espaço vivido ou espaço de representação é a dimensão simbólica do espaço, refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material)

A noção de apropriação espacial na qual se compreende um *uso da natureza articulado materialmente, ideologicamente e simbolicamente*, os espaços percebidos, concebidos e vividos devem estar em equilíbrio enquanto dimensões no sistema espacial, propondo a distinção entre *apropriação e dominação espacial*, sendo esta uma relação onde se evoca a propriedade nos planos material, ideológico e simbólico do espaço, como instâncias separadas, aproximando-se à distinção marxiana entre valor de troca/ valor de uso e sua exacerbação no capitalismo financeiro. A concepção urbanista (ideologicamente) de um espaço pode não estar em consonância com as formas de vida e desejos dos sujeitos - o simbólico e afetivo - que residem numa habitação planejada por arquitetos ou numa propriedade material de outrem; para Lefebvre (2006, p: 41), há um predomínio de uma representação do espaço ou conhecimento técnico e ideologia, no exercício de dominação por uma classe, no contexto capitalista.





Imagens do Casarão Magitot (da Várzea) em dois momentos
(1ª Foto de Marcos Sobrinho/2ª Coletivo Salve o Casarão da Várzea)

A Plano Diretor do Recife (PDR) no Bairro da Várzea: dissonâncias na província oceânica

O Recife, enquanto província oceânica⁹, tem se destacado nacionalmente no pioneirismo da discussão urbana e do patrimônio, seja na fundação por Aníbal Fernandes (1894-1962), de uma Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais que antecedeu a criação do Iphan em 1937¹⁰, como no reconhecimento e regularização dos assentamentos informais e o padrão arquitetônico autoconstruído, a partir do zoneamento da cidade que incorporou Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Em 1983, uma nova Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade estabeleceu as ZEIS como integrantes da cidade, porém sem muni-las de dispositivos jurídicos para coibir a ação especulativa do mercado imobiliário. Esta lei reconhecia 27 localidades como ZEIS, apesar da estimativa de cerca de 200 assentamentos irregulares. O enquadramento jurídico das ZEIS somente ocorreu em 1987, após uma série de esforços das organizações de bairro, apoiadas pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (BERNARDES, 1996, p. 104). Com a lei do PREZEIS - Plano de Regularização das

⁹ Para Denis Bernardes (1996, p. 129), a originalidade do Recife consiste na “recriação conflituosa de suas vinculações com uma cultura externa de mistura com a sua estruturação sóciopolítica de seu próprio espaço. Sua riqueza cultural está em ser uma província oceânica.”

¹⁰ Cf. Cantarelli, Rodrigo, 2016.

ZEIS, a partir da qual expandiu-se o contingente para reconhecimento de novas áreas como ZEIS:

os Prezeis (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social) propunham o estabelecimento de regras de intervenção para a implantação de programas de urbanização e sua consolidação por meio da elaboração de planos especiais, de processos democrático-participativos e do reconhecimento da existência de padrões de ocupação específicos. O Prezeis inovou também ao criar um sistema de gestão que envolvia Comissões de Urbanização e Legalização (Comuls) locais, integradas por moradores e prefeitura, com caráter deliberativo, e que eram responsáveis pela gestão dos planos de urbanização de cada Zeis, além de um Fórum Permanente do Prezeis que discutia e deliberava sobre problemas e estratégias de gestão do conjunto das áreas demarcadas. (ROLNIK, 2015, p. 257).

Destacando-se dos outros bairros recifenses, a Várzea está localizada na região oeste do Recife e detém importantes equipamentos públicos do setor educacional, como a Universidade Federal de Pernambuco e a Secretaria Estadual de Educação. É o segundo maior bairro em extensão do Recife e constitui o primeiro núcleo de povoamento suburbano da cidade, desde os tempos de sua fundação no século XVI, reunindo sua população original em torno do engenho São João da Várzea. Esta localidade além de possuir uma visibilidade institucional considerável, ostenta uma situação heterogênea de classes: de moradores de classe média como estudantes e docentes da UFPE e entorno às comunidades empobrecidas e salvaguardadas por lei, as ZEIS Rosa Selvagem, Vila Arraes, Brasilit, Sítio Wanderley e Campo do Banco.

Tendo-se em vista a demanda participativa na discussão do PDR, distribuída por 6 (seis) Regiões Político-Administrativas - RPA (cf. art. 1º Lei Ordinária 16293 1997 de Recife PE), no esteio das atividades promovidas pelo movimento cultural Salve o Casarão da Várzea, um grupo denominado Articulação Várzea de Luta formado por intelectuais, artistas, agitadores culturais e moradores do Bairro da Várzea se reuniram este ano para discutir o PDR no bairro, recebendo auxílio da Articulação Recife de Luta, movimento que concentra 34 organizações não-governamentais, coletivos, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos, entidades profissionais e pesquisadores que visam garantir a participação popular na revisão do Plano Diretor do Recife, que está incluído no Plano de Ordenamento Territorial da cidade. A articulação Recife de luta foi lançada no dia 30 de maio de 2018 e segundo o manifesto¹¹ considera que a última revisão para o PDR vigente, proposto em 2008, não

¹¹ Pode ser conferido na íntegra na página do movimento <https://recifedeluta.org/2018/05/29/manifesto-da-articulacao-recife-de-luta/>

garantiu a participação popular de modo adequado e democrático, chamando atenção para o contexto de **crise** vivenciada pelos recifenses e a necessidade de aumentar a abrangência das áreas Zeis (grifo meu):

E se as quase 300 mil pessoas que não tem casa própria no Recife pudessem dizer o que seria feito com os milhares de imóveis e terrenos desocupados ou mal utilizados na cidade? Se elas tivessem nas mãos os R\$ 346 milhões de reais, que os proprietários de imóveis no centro devem de IPTU, para definir uma política de moradia no centro?

Se as pessoas que andam de ônibus, metrô e bicicleta definissem as prioridades da mobilidade, ao invés da minoria que tem carro? Se as famílias que vivem da pesca às margens dos rios fossem escutadas sobre o cuidado com os rios e mangues do Recife e tivessem sua moradia e sua forma de sustento respeitadas? Se ambulantes e pessoas com deficiência pensassem juntas soluções para as calçadas do Recife?

Se catadoras e catadores, agricultoras e agricultores urbanos orientassem o que, como e onde a cidade produz e descarta? Se mulheres, idosas(os) e crianças pudessem contar com espaços de cuidado coletivo? Se as mulheres e a população LGBTI pudessem circular livremente em qualquer local e horário na cidade, sem o medo de serem vítimas da violência? Se a juventude negra tivesse nos territórios urbanos ferramentas de fortalecimento de aprendizado e participação política e pudesse acessar áreas como o Recife Antigo sem ser constantemente vítima de abordagens policiais racistas? [...]

Entendemos que esse Recife é possível e só se constrói com ampla participação popular; neste ano de 2018 há uma oportunidade histórica de pensá-lo: o processo de revisão do Plano Diretor. O Plano Diretor é a lei municipal que determina de que forma e para quem a cidade continuará sendo construída, definindo também suas prioridades.

A sua última revisão ocorreu em 2008 e determinou muito do que é o Recife hoje, e a **crise urbana** que vivemos tem uma forte relação com esse processo. Apesar do amplo debate para a construção de revisão e de vários avanços, a proposta encaminhada para a Câmara não respeitou tal participação e a versão aprovada pelos vereadores menos ainda. Fora isso, muitas das suas propostas não saíram do papel e as gestões e agentes imobiliários buscaram ignorá-lo o quanto puderam.

Nesse processo, é importante inovar, sem necessariamente reinventar a roda. Muita coisa já foi feita e precisa ser fortalecida. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) precisam ser ampliadas e receber investimento prioritário da Prefeitura, por exemplo. Se existe cultura de ocupação popular em áreas valorizadas da cidade, como em Brasília Teimosa, Santo Amaro, Coque, Coelhos, Entra-Apulso, é porque essa ferramenta garantiu ali a permanência das populações que produziram esses territórios. Mas não basta apenas permanecer. [...]Se os últimos 10 anos tiveram como marca a especulação imobiliária e a segregação das camadas mais pobres, precisamos afirmar que a terra urbana tem que ser democratizada, e não funcionar como mercadoria concentrada na mão de poucos.

Precisamos transformar esse medo que aprisiona as pessoas em suas casas e em espaços fechados (como os shoppings) numa retomada do espaço público, com atividades nos parques, nas praças, nas ruas. Recuperar o

sentimento de que a cidade é nossa, que precisamos ocupá-la, dar vida a cada canto dela.

O movimento Articulação Recife de Luta alega que processo de revisão do PDR começou atrasado, “a PCR levou cerca de dois anos para fazer a licitação para contratar a empresa responsável pelo processo de Revisão do Plano e só agora, no mês de maio, publicizou os termos com os quais pretende realizar esse processo. Esse atraso, gerado pela má administração pública, está prejudicando a participação popular.”, segundo a chamada para o evento de lançamento¹² e ainda o grupo sustenta que

A partir de exigências da Articulação, foi formado um Grupo de Trabalho, com participação da sociedade civil, algo que já deveria ter sido previsto pela gestão, dado que a participação popular, está prevista como obrigatória no Estatuto das Cidades e é critério determinante para a legitimidade desse processo. Mesmo tendo acatado a exigência da Articulação e formado o GT, a Prefeitura vem atropelando o processo de participação, passando por cima das contribuições e operando com um cronograma que impede a real participação da sociedade civil. A PCR pretende finalizar ainda em setembro o processo, ou seja, com apenas 4 meses de construção. A Articulação Recife de Luta convida todos e todas a estarem atentos e participarem dessa mobilização, monitorando e pressionando para que o processo de revisão dessas legislações urbanísticas ocorra com legítima participação popular. Exigimos que a Prefeitura da Cidade do Recife reveja o cronograma e o Plano de Trabalho para que se adeque aos termos do que a sociedade civil vem demandando. É fundamental que todas e todos estejam juntos nesse lançamento, mostrando a força coletiva da sociedade, em defesa do Direito à Cidade.¹³

Em julho de 2019, a PMR decide ampliar o cronograma de revisão do PDR e a proposta de 4 meses a partir de maio foi ampliada para até o começo de 2019, graças à pressão do Articulação Recife de Luta e do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Porém a proposta do movimento de revisão até agosto de 2019 não foi acatada e nem foi discutido o prazo com a população no GT POT (Grupo de Trabalho Plano de Ordenamento Territorial). O MPPE abriu inquérito para apurar improbidade administrativa da PCR por falta de participação popular efetiva na revisão do Plano Diretor:

O Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), por meio da promotora de Promoção e Defesa do Patrimônio Público Áurea Rosane Vieira, da Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, abriu novo inquérito civil público contra a Prefeitura do Recife para investigar improbidade administrativa por obstrução da participação popular na

¹² O evento público pode ser visualizado no facebook através do link de acesso <https://www.facebook.com/events/849792541888472/>

¹³ Conforme chamado do evento no facebook <https://www.facebook.com/events/849792541888472/>

condução da atual revisão do Plano Diretor do Recife. Caso se prove a obstrução, pode ocorrer a perda do mandato do prefeito Geraldo Júlio e punições a servidores públicos envolvidos no processo.

A Portaria nº 16/2018, assinada no dia 13 de julho, foi publicada na manhã de hoje (18) no Diário Oficial do MPPE. A decisão dialoga com inquérito aberto também pelo MPPE no dia 21 de junho, pelas promotoras de Arquitetura e Urbanismo Maria Lizandra Lira de Carvalho e Bettina Estanislau Guedes, também para apurar irregularidades na garantia da participação popular no processo da revisão. As investigações ocorrem após denúncias realizadas sistematicamente pela Articulação Recife de Luta, que tem acompanhado o processo de revisão como sociedade civil organizada.¹⁴

Em 12 de julho, realizei minha primeira inserção entre os militantes do Articulação Várzea de Luta, justamente na ocasião em que a Articulação Recife de Luta foi chamada para discutir o PDR com os membros daquele coletivo:

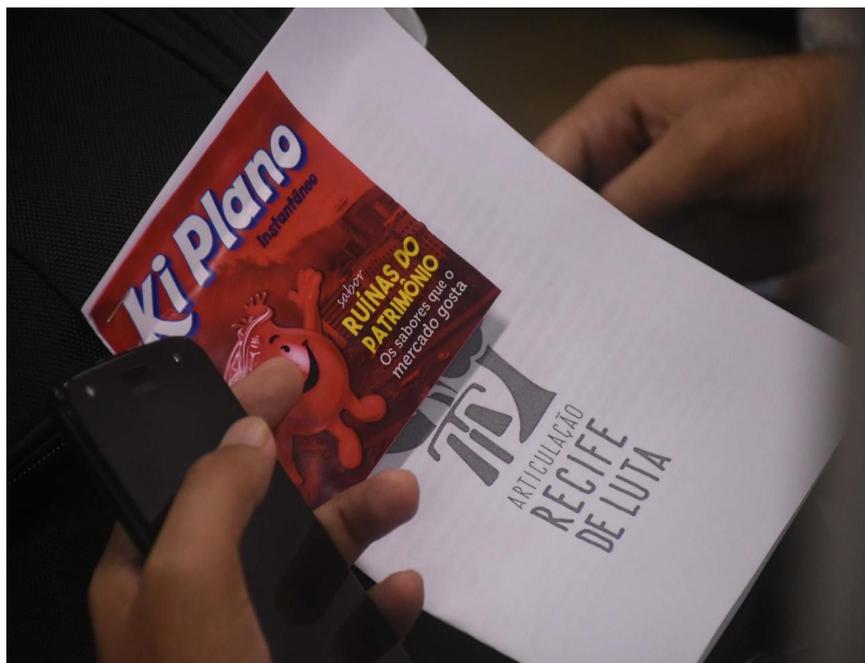
A roda de conversa lembrou que a Várzea tem importantes elementos a serem levados em consideração nesse processo, como a existência de áreas de preservação histórica, de Zonas Especiais de Interesse Social, as Zeis, áreas de proteção ambiental, graves problemas de saneamento básico e questões de moradia em áreas de ocupações populares. Além disso, como outros bairros da Zona Oeste do Recife, a Várzea começa a sofrer cada vez mais com a especulação imobiliária, com a construção de grandes prédios que podem trazer graves consequências na mobilidade, no saneamento da região e na descaracterização do próprio bairro.¹⁵

Nesta roda de conversa, um representante de uma ocupação realizada em torno da principal avenida que corta o bairro (Avenida Caxangá) pelo Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (MUST), chamada Ocupação Contra o Golpe, atentou para o distanciamento da pauta do PDR para a realidade dos moradores da Ocupação. Noutra reunião do grupo, um líder comunitário de uma das ZEIS do bairro (Vila Arraes) alertou para o quanto dessa discussão fundamental para os moradores da ZEI não atingi-los, tanto na questão da linguagem abordada, quanto na necessidade de adaptar a temática debatida e o engajamento dos militantes para adentrar a localidade, de modo a proporcionar que os moradores se integrem e se apropriem do assunto focado nas discussões do PDR.

¹⁴ Conforme nota publicada no site da Articulação Recife de Luta
<https://recifedeluta.org/2018/07/18/mppe-abre-inquerito-para-apurar-improbidade-administrativa-da-pcr-por-falta-de-participacao-popular-efetiva-na-revisao-do-plano-diretor/>

¹⁵ De acordo com publicação no facebook da Articulação Recife de Luta
https://www.facebook.com/recifedeluta/posts/417258258781926?__tn__=-R

A mesma problemática da acessibilidade ao conteúdo temático da revisão do PDR foi tratada durante uma Audiência Pública de Apresentação do Diagnóstico Propositivo para a revisão do Plano Diretor do Recife na manhã do dia 18 de setembro, assim como a cobrança por mais sessões temáticas e maior divulgação nas comunidades. Tanto uma líder comunitária da ZEI Jardim Uchoa, quanto outra do bairro de classe média alta Graças reivindicavam maiores esclarecimentos diante da complexidade do assunto e dos termos técnicos da área de urbanismo e maior empenho da PMR em flexibilizar o cronograma, ampliando as oficinas temáticas. Sobre a escassez temporal para promover a revisão do PDR, a Articulação Recife de Luta fez um protesto bem humorado, na audiência pública de apresentação do diagnóstico propositivo do Plano Diretor. Os militantes distribuíram ki-suco para todos, criticando a obstrução da participação popular e o curtíssimo tempo que a Prefeitura do Recife destinou a todo o processo de revisão: A ação teve a ideia de mostrar que Plano Diretor não se faz tão rápido como um ki-suco.



Protesto realizado na audiência pública de Diagnóstico Propositivo (Foto: Maíra Acioli)



Reunião da Articulação Várzea com a Articula Recife de Luta com o autor deste trabalho no canto esquerdo (Foto: Emerson Cunha).

A Articulação Várzea de Luta¹⁶ tem colhido assinaturas de moradores, alunos e demais usuários da Universidade Federal de Pernambuco para um requerimento de audiência pública no Bairro sobre o PDR e realizou um mapeamento afetivo com os moradores no intuito de atrair público para a discussão do PDR e para o abaixo-assinado. No mapeamento afetivo, de proposta itinerante pelo bairro, o sujeito localiza no mapa, confeccionado em lona de grandes proporções, o local que mais gosta, o que menos gosta e o que deveria receber intervenção para melhoramento, além de inserir sugestões. Outra questão que tem preocupado os militantes da Articulação Várzea de Luta é a construção irregular de um edifício planejado para ter 23 pavimentos e 87 apartamentos que foi embargado pela Prefeitura do Recife, mas a empresa Campos Gouveia Incorporação descumpriu a deliberação e deu prosseguimento à construção. Eles argumentam que o porte da construção está fora do padrão do bairro, predominantemente horizontal composto por casas e prédios mais baixos, além da falta de licença para a construção e o impacto ambiental gerado, pelo fato de o bairro não ser saneado e ter problemas no abastecimento de água, além da questão do trânsito no local.

¹⁶ Página do facebook do grupo <https://www.facebook.com/afetividadevarzea/>



Articulação Várzea em ato de discussão do PDR e apresentação de mapeamento afetivo, com o autor em segundo plano à esquerda (Foto: Werther Ferraz)



Mapa afetivo da Várzea (Foto: Werther Ferraz).

Sombras, ruínas e afetos: CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais correspondem às relações espaciais. Para Agier (2011), a apreensão do espaço social urbano abrange *os saberes* que estão na dimensão conceitual e epistemológica da reflexão intelectual, *os espaços* em si que estão inseridos no nível da mediação e circulação dos símbolos e imagens inerentes ao processo histórico e cultural de formação da cidade e as *situações* que se inscrevem no plano microssocial da percepção dos indivíduos ou “observação dos fenômenos na escala interacional”, “ contexto fenomenológico da interação” (AGIER, 2011, p. 74).

A crise do espaço urbano corresponde à crise da relação entre as pessoas, expressa na quebra da representatividade democrática, quando projetos urbanistas são implementados sem discussão com as pessoas que usufruirão do local no qual serão alocados tais serviços. As reformas urbanas atendem aos princípios do capitalismo financeiro que reservam o espaço público para os detentores do poder econômico, onde a apropriação cultural do contexto local do uso comum e *vernacular* (ZUKIN, 2000, p. 84) é reservada à *paisagem* construída pelo mercado global para o consumo da classe média e alta. A tradição e a identidade locais são redirecionados para usos higienizados e gentrificados, a partir de uma lógica da patrimonialização de itens do passado, considerados como “reliquias” e objetos de culto distanciados, alienados da prática e dos usos cotidianos (LEITE, 2007, p. 41).

A sociedade civil e a classe artística e intelectual envolvidas nos movimentos citados acima tentam lutar contra a alienação do uso vernacular dos lugares, reivindicando uma lógica afetiva em detrimento de uma lógica meramente patrimonial de culto aos objetos do passado, tentando se apropriar culturalmente das ruínas e dos monumentos abandonados. A lógica de alocação patrimonial e museificação dos objetos e da paisagem é a lógica de “prótese da memória”, manifesta por Choay (2006), quando os indivíduos prestigiam o ato de registrar selfies distanciados para garantir um índice do testemunho da presença com o objeto, deslocado de uma experiência ou narrativa internalizada e subjetiva ou do uso vernacular do local e seus elementos inclusos.

O mesmo diagnóstico de Giorgio Agamben (2005) sobre a capacidade de o capitalismo produzir separações entre as dimensões eleitas como sacras e profanas ou as de usos relicários para as de usos comezinhos, assumindo a posição de uma religião cultural da modernidade, como anunciou Walter Benjamin (2009); o turismo e os museus operam como

instituições-tempos de sacrifício destituídas da dimensão ritual de unificação do profano com o sagrado e os visitantes agem como peregrinos contemplativos que serão privados de todo possível uso ou experiência comum e coletiva com os objetos e lugares. A privatização da relação com os lugares e objetos e o conseqüente esvaziamento da dimensão ritual e coletiva das interações também propagam e atendem à crise da representação democrática e das instâncias mediadoras como partidos e sindicatos, é o que Marc Augé (1997, p. 98) chama de “enfraquecimento das cosmologias intermediárias e das mediações instituídas” e a institucionalização neoliberal das “cosmologias individuais”. Nesta conjuntura, o mundo social e político tende a encarregar o indivíduo de produzir sua própria base simbólica para interpretar o mundo e encarar o outro e a pluralidade, diante de um excesso de informação e dados da *supermodernidade* sem qualquer direcionamento. A sociedade e as instituições eximindo-se do papel ritual de gerenciar fatos plurais que complementam a identidade do sujeito, como a existência do outro, a morte, o adoecimento e outras produções do acaso, as quais tradicionalmente eram utilizadas para religar simbólica e afetivamente os humanos às divindades e ao sagrado coletivo. A redução drástica da importância da dimensão coletiva e ritual no mundo contemporâneo é o que prefigurava Walter Benjamin (1987), em “*Experiência e Pobreza*” ao diferenciar *erfahrung* - experiência (ritual e coletiva) de *erlebnis* - vivência (a individualização dos processos sociais)

Nesta constelação de autores que nos ajudam a pensar a crise política das pessoas e dos lugares, destaco Gramsci (2007) para pensar a crise institucional do Estado e dos partidos desencadeada pela multipolaridade de perspectivas que abrem mão de um consenso ou do diálogo, exaurindo as potencialidades democráticas e Benjamin (2009, 1987) para refletirmos a crise da experiência comunitária no capitalismo financeiro. Reiterando novamente agora com a influência de Benjamin (2009) n’*As Passagens*: a relação social e a relação espacial na contemporaneidade mutuamente se produzem como fantasmagorias, como presença de um ausente, lembrança tácita intangível e como a reforma urbana no modelo de “Hausmann ou as barricadas” onde tal proposta se instalava mediante o imperialismo napoleônico, visando um planejamento da cidade que promovia o controle e dominação das classes trabalhadoras e marginalizadas.

As classes intelectuais e artísticas dos movimentos acima analisados, investidas de um ideário de resistência e do Direito à Cidade, tentam não sucumbir ou tentam incutir um sentimento de pertença a partir de uma devolução ritual do uso vernacular aos lugares entre si

e com os outros. No entanto, o efeito estrutural da financeirização, enobrecimento e museificação das cidades tendem a desencorajar os sujeitos das várias classes sociais que ainda não se apropriaram do espaço público como os militantes ritualmente pretendem fazê-lo. Convertendo-os em *flâneurs ou colecionadores* apenas interessados em se distanciar da multidão e contemplar vitrines, como na Paris, Capital do Século XIX (Benjamin, 2009), quando cultuam as ruínas de monumentos de cultura ou de barbárie (Benjamin, 1987).

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BENJAMIN, Walter. Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987,

_____. **Passagens**, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. UFPE, 1996.

BIANCHI, Álvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. In: **Novos Rumos**, Ano 17, No. 36, 2002. Disponível em <http://www.pensamentopolitico.com.br/Crise%20economia%20Gramsci.pdf>

_____. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. In: **Revista Outubro**, n. 28, abril de 2017. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/04/02_Bianchi_2017.pdf

_____. Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira. Postado Em 31 de março de 2015, Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=3749>

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a Conspiração da Ignorância com a Maldade: A inspetoria de Monumentos de Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, 2016.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf

LEITE, Proença Rogério. **Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Financeirização nos trópicos: moradia e cidade no Brasil emergente** IN **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e das moradias na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

VAINER, Carlos (2016). **Mega-eventos, Cidade de Exceção e Democracia Direta do Capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal (orgs). **Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VELHO, Gilberto. **Vanguarda e desvio**. In: VELHO, Gilberto (org.). **Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder** IN ARANTES, Antônio (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papiros, 2000.

_____ **Entre o tecido físico e social das cidades**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (entrevista para Heitor Frúgoli e Júlio César Talhari), 2014, pp.7-24.